



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA
AGRÁRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

BEATRIZ SANTOS BUFFON

“AQUI TODA A VIDA SE ENGALANA...”:
DISCURSOS SOBRE RONDÔNIA NO LIVRO DIDÁTICO

VERANOPÓLIS

2017

BEATRIZ SANTOS BUFFON

**“AQUI TODA A VIDA SE ENGALANA...”:
DISCURSOS SOBRE RONDÔNIA NO LIVRO DIDÁTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, como requisito para a obtenção de título em Licenciada em História.

Orientador: Prof. Carlos Alexandre Barros Trubiliano

VERANOPÓLIS

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Buffon, Beatriz Santos

?AQUI TODA A VIDA SE ENGALANA...?:: DISCURSOS SOBRE RONDÔNIA NO LIVRO DIDÁTICO / Beatriz Santos Buffon. -- 2017.

54 f.:il.

Orientador: Carlos Alexandre Barros Trubiliano.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de licenciatura em história , Erechim, RS , 2017.

1. Rondônia; . 2. Memória; . 3. Identidade. 4. Livro Didático. I. Trubiliano, Carlos Alexandre Barros, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

BEATRIZ SANTOS BUFFON

"AQUI TODA A VIDA SE ENGALANA..
DISCURSOS SOBRE RONDÔNIA NO LIVRO DIDÁTICO"

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientadora: Prof. Prof. Carlos Alexandre Barros Trubiliano

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 25/11/2017.

Banca examinadora:



Prof. Carlos Alexandre Barros Trubiliano



Prof. Leis Henrique Gomes de Moura



Prof. Thiago Ingrassia Pereira

À minha família e aos meus amigos que em todos os momentos, principalmente nos de crises, estiveram ao meu lado me apoiando e incentivando nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só se fez possível pela ajuda, apoio, incentivo e compreensão de muitas pessoas, quais fizeram parte e acompanharam minha caminhada até aqui. A estes tenho muito a agradecer.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, pela oportunidade de fazer este curso, entendendo o mesmo como uma conquista da classe trabalhadora e não como mérito individual. Ainda reconhecer a importância do Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC, que contribuiu em minha formação durante estes quatro anos e meio de curso, por possibilitar que o aprendizado fosse muito além do acadêmico, proporcionando uma visão crítica e política das diversas dimensões desta sociedade.

Ao meu orientador, pela paciência e ajuda ao longo deste trabalho, sendo em muitos momentos a luz para a continuidade do mesmo.

A minha família e aos companheiros e companheiras de luta que nos momentos de desespero e aflição foram uma fortaleza de apoio e estímulo para a continuidade desta caminhada. Destaco principalmente minha mãe – Rozimel – e ao meu companheiro – Edivaldo –, que foram grandes incentivadores durante todos esses anos.

E por fim, um agradecimento especial ao meu filho Bernardo Affonso (de três anos), o qual em muitos momentos estive ausente em seu crescimento, perdendo várias fases de seu desenvolvimento, mas que, do seu jeitinho de criança “tão pequenina” estava compreendendo porque eu não estava ali em seu dia a dia. Nesta ausência saliento a importância do meu companheiro e de minha mãe, que além de pai e avó tiveram que cumprir o papel de mãe para meu pequeno.

Assim, deixo aqui meu carinho e meu agradecimento a todos que de uma forma ou de outra fizeram parte deste passo em minha formação.

“Ao focar a questão da memória, é analisado o processo de sua construção e a produção da amnésia social, enquanto campo produtor de esquecimento coletivo.” (MOTTA, p. 179).

“Não sejamos ingênuos. As formas de se fazer esquecer podem ser tarefas de historiadores ou, melhor, daqueles que ousadamente se intitulam como tais.” (MOTTA, p. 187).

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar discursos sobre a História do Estado de Rondônia no livro didático “Aqui toda a vida se engalana”, buscamos compreender os discursos indenitários que visam legitimar poder e, ao mesmo tempo, criar uma ideia homogeneidade e sentido de pertencimento para uma população formada por pessoas oriundas de vários lugares do Brasil. Buscando entender o papel que o ensino de história tem em reafirmar uma “memória” assim como contribuir na sustentação de uma identidade coletiva. A formação sociocultural do Estado de Rondônia é feita de retalhos e contradições que não dispõem de laços de continuidade entre si. Nesse sentido, é preciso entender a questão da multiplicidade e de sua diversidade, bem como as contradições e conflitos do processo de ocupação da região. De forma, que houve um deslocamento de poder, que veio acompanhado pela disputa de uma memória do processo histórico de colonização do Estado, tendo em vista, que quem conseguisse ter controle sobre o que fosse escrito poderia contar e enaltecer seu papel nessa memória. Todo esse processo de reorganização, modernização e mudança vieram acompanhadas pela necessidade de eleger grandes heróis que se tornassem símbolos desse processo histórico de constituição do Estado de Rondônia.

Palavras-chaves: Rondônia; Memória; Identidade; Livro Didático.

ABSTRACT

The present study sought to analyze discourses about the History of the State of Rondônia in the textbook "Aqui toda a vida se engalana", we seek to understand the indenitary discourses that aim to legitimize power and, at the same time, to create a homogeneity and sense of belonging for a formed population by people from various parts of Brazil. Seeking to understand the role that history teaching has in reaffirming a "memory" as well as contributing to the support of a collective identity. The sociocultural formation of the State of Rondônia is made up of patches and contradictions that do not have any ties of continuity between them. In this sense, it is necessary to understand the question of multiplicity and its diversity, as well as the contradictions and conflicts of the process of occupation of the region. So that there was a displacement of power, which was accompanied by the dispute of a memory of the historical process of colonization of the State, in order that whoever had control over what was written could count and enhance his role in this memory. All this process of reorganization, modernization and change were accompanied by the need to elect great heroes who became symbols of this historical process of constitution of the State of Rondônia.

Keywords: Rondônia; Memory; Identity; Didactic Book.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Garimpo Bom futuro.....	28.
Figura 2 – Mapa do percurso da BR-364.....	29.
Figura 3 – Seringueiro extraindo látex.....	36.
Figura 4 – Bandeira do Estado de Rondônia.....	45.
Figura 5 – Brasão do Estado de Rondônia.....	46.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA.	15
2.1 LIVRO DIDÁTICO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA.	15
2.2 HISTÓRIA MEMÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO.	16
2.3 O PAPEL DO EDUCADOR E RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO.....	18
3 A FORMAÇÃO DO ESTADO RONDONIENSE E SEUS CICLOS ECONOMICOS 22	
3. 1 RONDÔNIA E SEUS CICLOS ECONÔMICOS.....	24
4 OS “HERÓIS” DE NOSSA HISTÓRIA	32
4.1 ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	32
4.2 “AQUI TODA A VIDA SE ENGALANA...”.....	34
4.3 A CONSTRUÇÃO DOS SIMBOLOS DO ESTADO DE RONDÔNIA.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

O Estado de Rondônia tem sua origem no desmembramento de uma pequena parte do Estado do Amazonas e sua maior parte pertencia ao Estado do Mato Grosso, isso ocorre no ano de 1943, quando é denominado Território Federal do Guaporé, que anos mais tarde, em 1956, passa a ser denominado Território Federal de Rondônia. A escolha do nome foi uma homenagem ao militar Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. O território rondoniense só vem se constituir em Unidade Federativa em 22 de dezembro de 1981, sob administração do governador Jorge Teixeira.

Segundo os dados do IBGE de 2010, Rondônia tinha uma população de 1.562.405 habitantes, distribuída em 52 municípios, seu território representa 5,4% da extensão nacional e sua população significava 10% da população da região Norte do país. No que tange a sua economia, o Estado se destaca pela produção agropecuária, atualmente (2017), segundo dados da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril de Rondônia (Idaron), conta com aproximadamente 13 milhões de cabeças de gado, o que lhe coloca como o sétimo maior rebanho do país. Na produção agrícola, destacam-se o café com dois milhões de sacas (Safrá 2016/17), soja 566.497 toneladas (Safrá 2016/17) e milho 713.659 toneladas (Safrá 2016/17). Diante desses números, a pesquisa de Artur de Souza Moret (2014) informa que mais de 50% da população vive direta ou indiretamente das atividades agropastoris. (MORET, 2014).

Antes desse cenário econômico de produção de commodities agrícolas, Rondônia teve ciclos econômicos ligados ao extrativismo. *O ciclo econômico da borracha* que ocorreu em dois momentos, o primeiro, por volta de 1877, qual inicia no final da “era de ouro” da produção da borracha amazônica, momento em que a região Norte foi o maior polo de extração de látex do mundo. O segundo momento, teve início em 1942, motivado pelas demandas da segunda guerra mundial. *O ciclo da extração da cassiterita* teve início na década de 1950 quando foram descobertas jazidas de estanho na região de Porto Velho, onde em 1970, Rondônia respondia por 80% da extração do minério de estanho do Brasil. A partir da década de 1970, tiveram início, simultaneamente, *os ciclos da madeira e da criação de gado*. Desde a década de 1980, a Amazônia brasileira tornou-se responsável por, aproximadamente, 80% da produção nacional de madeira (ROCHA, 1999).

O desmatamento da floresta foi à premissa da expansão das atividades de produção de commodities agrícolas em Rondônia. Entre as décadas de 1970 a 1990, marco temporal do aprofundamento das relações capitalistas em Rondônia, registrou-se a ação de políticas estatal voltadas para colonização. Para que tenhamos uma ideia dos impactos desses programas, 50

dos atuais 52 municípios rondonienses surgiram de assentamento. Registrasse ainda que o fluxo migratório nesse período elevou a população do Estado de aproximadamente, 40 mil habitantes no ano de 1960 para 114 mil em 1970 e 500 mil em 1980 (SOUZA, 2011).

Diante desse contexto, de interposição de atividades econômicas, ocorreram rearranjos de elites. De forma que até 1970, Rondônia foi governada por elites ligadas a extração, em especial a da produção da borracha. A partir da década de 1970, com avanço do agronegócio, no cenário político a elite extrativista foi progressivamente perdendo espaço para os fazendeiros, em especial os pecuaristas. Então, entendemos que com esse deslocamento de poder veio à disputa pela memória sobre o processo de colonização do Estado, pois quem a conseguisse escrever poderia contar e engrandecer sua participação nessa memória.

O intuito de desenvolver essa pesquisa surge da curiosidade e do desejo de entender como se desenvolveu o processo de formação do Estado de Rondônia, e ainda, identificar os discursos de uma identidade que emana das disputas de poder para uma população majoritariamente imigrante. Em outros termos, esta pesquisa se releva por se empenhar em compreender os discursos indetitários que visam legitimar poder e, ao mesmo tempo, criar homogeneidade e sentido de pertencimento para uma população formada por pessoas oriundas de vários lugares do Brasil.

Diante de todas as questões citadas anteriormente, não podemos deixar de citar o papel que o ensino de história tem em reafirmar uma memória, assim como contribuir na sustentação de uma identidade coletiva. Pois, quando na disciplina de história acontecem modificações, que, por sua vez, alteram de acordo com suas necessidades e câmbios da sociedade. De resto, a disciplina de história teria como função o papel de formador de identidade nacional. Na maioria dos casos o ensino de história se baseia em uma narração alicerçada em fatos seletivos, elegendo acontecimentos simbólicos, nomeando grandes líderes, heróis, projetando grandes personagens de cada parte da história.

No que tange a presente pesquisa, trataremos no decorrer do mesmo a importância e o papel exercido pelos livros didáticos, mas com mais ênfase analisamos um livro didático sobre a história de Rondônia que orientou as primeiras gerações de nascidos no Estado de Rondônia. Estamos analisando discursos de poder que buscam legitimar os avanços das frentes capitalistas, em especial a formação latifundiária, em detrimento aos povos tradicionais, bem como, os migrantes que vivem da agricultura familiar.

Tendo em vista, que a história da humanidade esta totalmente atrelada à história da sociedade, por tanto a história ensinada em sala de aula, cuja didática de ensino é baseada no

emprego de uma narração factual seleta, elege grandes personagens e acontecimentos simbólicos.

Por fim, este trabalho estará dividido da seguinte maneira: num primeiro momento abordaremos a questão do livro didático como ferramenta pedagógica na construção da memória, analisando qual sua importância, de que forma é utilizada e quais as críticas sobre o mesmo. No segundo momento, trataremos sobre o processo de formação do Estado de Rondônia e a importância de cada ciclo econômico neste desenvolvimento, assim como na formação das elites deste território. E para finalizar, trabalharemos diretamente com a fonte principal deste trabalho, que é o livro didático sobre a história de Rondônia, intitulado “aqui toda a vida se engalana...”, que observaremos diferentes aspectos do livro: ano e contexto de produção, autoria, “conteúdo” propriamente dito (textos, temas que o livro aborda, temas que o livro silencia, imagens, etc.). Desta forma, ao fazermos essa análise sobre o “conteúdo” do livro e sobre como ele aborda determinados temas, iremos nos basear em diversos trabalhos, deste de livros, artigos, dissertações, que tratem sobre a História de Rondônia. A ideia neste momento é, principalmente, perceber a forma que ambas as fontes abordam a questão dos indígenas, dos imigrantes, dos pioneiros, entre outros personagens. Assim como, a questão da identidade rondoniense, qual o papel do livro didático nesta construção e quais são os sujeitos que são exaltados neste processo.

A decisão de utilizar o livro didático “Aqui toda a vida se engalana...”, deve-se ao fato de que esse é o livro didático sobre a História e Geografia de Rondônia que foi distribuído nas escolas públicas do Estado, no entanto cabe dizer que este material não é mais utilizado em sala de aula atualmente. Dessa forma, o livro abordar questões referentes à colonização de Rondônia, seu conteúdo apresenta as figuras que foram consideradas “importantes” na história de Rondônia, muitas vezes identificadas como pioneiros, assim como traz um discurso sobre a questão de uma unidade/identidade a essa população, a construção dos símbolos que comporiam essa identidade do povo rondoniense, entre outras questões. A presença desses fatores contribuiu no desenvolvimento desta pesquisa.

Ao longo da pesquisa faço levantamento e leitura de diversas bibliografias, ao que se refere à história de Rondônia, a questão da memória, identidade, livro didático, o ensino de história, entre outras questões que perpassam a escrita do trabalho. Faço o uso de diversos materiais entre eles livros, artigos, dissertações e teses que trabalhassem sobre os assuntos.

Todo esse levantamento de bibliografias se fizeram necessário para realização de todo o trabalho, mas principalmente, para poder fazer análise da fonte que no caso foi o livro didático sobre história de Rondônia denominado “Aqui toda a vida se engalana...”, analise

essa que vai se dar no terceiro capítulo do trabalho. Por fim, cabe dizer que para fazer análise da fonte e na maior parte de toda a pesquisa tenho como principal referência o trabalho de Valdir Souza, que trata sobre a disputa da memória do Estado de Rondônia.

2 O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA.

2.1 LIVRO DIDÁTICO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA.

O livro didático é um objeto cultural contraditório gerador de polêmicas e críticas de diversos setores, especialmente no que tange – em alguns casos – ao seu exclusivismo como ferramenta pedagógica. Todavia, não se pode negar sua fundamental importância no processo de escolarização. Isso, porque, resguardado as críticas, na concretude do chão da escola, o livro didático, muitas vezes, é a única ferramenta que o educando poderá ter acesso. Assim como, ao longo da história foi afirmando sua importância como um grande instrumento pedagógico no processo de ensino e aprendizagem.

Nem vilão, nem herói, o livro didático tem presença constante na educação escolar brasileira, uma presença que persiste ao longo de muitas décadas e que se configura como resultado de uma longa trajetória, confundindo-se com a própria história da escola e do ensino. No caso da História como disciplina escolar, o livro didático nacional está presente desde a criação da disciplina, no Colégio Pedro II, em 1838. Ao longo do século XX, esse objeto cultural foi transformando-se, acompanhando o desenvolvimento científico-tecnológico, incorporando novas concepções teórico-historiográficas e pedagógicas. (BARROSO. et al. 2010, p. 113).

No Brasil, os usos para o livro didático vêm sendo uma preocupação de Estado desde o período imperial. No campo das políticas públicas existem programas voltados para regulamentação e à distribuição destes manuais aos estudantes da rede pública de ensino desde 1929, quando foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão específico para regular legislar sobre as políticas e usos do livro didático. Em 1938, foi estabelecida a primeira política de legislação, controle de produção e circulação do livro didático no Brasil, momento em que é instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). No decorrer dos últimos 80 anos, o programa foi se aprimorando, tendo diferentes nomes e formas de execução, atualmente o instrumento que legisla sobre a produção e distribuição do livro didático é o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

Na década de 1990 são estabelecidos critérios gerais de avaliação do livro didático, dando-se encaminhamento ao processo de avaliação pedagógica das obras por comissões de especialistas em cinco áreas de conhecimento (Português, Matemática, História, Geografia e Ciências). (BARROSO. et al. 2010, p 106).

No tocante a institucionalização dos livros didáticos no Brasil, alguns autores nos atentam que em cada momento de nossa história

(...) o caráter prescritivo que o livro tem assumido na dinâmica curricular escolar, não se pode ignorar que ele é um objeto cultural operado por sujeitos que atuam sob determinadas condições históricas, apoiando-se em outros suportes de conhecimento e recursos didático-metodológicos. (BARROSO. et al. 2010, p. 103).

(...) foram formulados programas que atendessem necessidades específicas. No período varguista, a preocupação relativa ao livro didático era fomentar a produção para atender e suprir a carência existente no país. (Não existia material didático suficiente para ser distribuído aos alunos das escolas públicas da época). Dentro desse objetivo maior, Getúlio Vargas fez uso do livro didático de história como instrumento de transmissão do sentimento nacional. (AZEVEDO, 2002/2003, p 01).

Especificamente sobre a construção dos manuais didáticos de História, no Brasil desde meados do século XIX já se tinha a preocupação em utilizá-lo como valioso instrumento para a construção de uma identidade nacional, porém a questão se intensificou no período de vigência do Estado Novo. Getúlio Vargas não hesitou em utilizar abertamente do ensino de história para a formação da ideia de sentimento nacional, sempre destacando a importância do patriotismo na construção de uma identidade.

Embora o governo Vargas – no Brasil – tenha sido um dos primeiros a pensar estatalmente o livro didático e o ensino de história, o pesquisador Carlos L. K. Mathias nos informa que desde o século XIX a História enquanto disciplina escolar passou a exercer “papel de formador de identidade nacional” (MATHIAS, 2011, p 41). No tocante aos manuais didáticos de História

(...) o livro didático que constrói e legitima o que deve ser ensinado, lembrado e, assim, legado como memória às gerações futuras. Claro que isso não se dá de forma fixa, linear ou mesmo sem disputas; há negociações e reelaborações constantes nesse processo de seleção que varia com os contextos e tempos ao longo da história. (SILVA; GASPARINI, 2009, p 37).

2.2 HISTÓRIA MEMÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO.

Destarte, podemos afirmar que o ensino de história se alicerça em um discurso memorialístico. Segundo *Michael Pollak (1992)* memórias são contadas e recontadas a partir das demandas de cada tempo histórico, o que hoje é importante, é provável que amanhã já não seja, uma vez que a sociedade e seus sujeitos são dinâmicos, desta forma Marc Bloch nos atenta para o fato de que “a história é a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55), se fazendo necessário compreender as narrativas em seu tempo e lugar social de sua produção,

para entendermos o papel que o ensino de história tem em reafirmar uma memória, para assim contribuir na sustentação de uma identidade coletiva.

Partimos, portanto, da premissa que a história e o ensino de história se baseiam em uma narração alicerçada em fatos seletivos, elegendo acontecimentos simbólicos, nomeando grandes líderes, heróis, projetando grandes personagens na história. Logo “os manuais escolares e as orientações curriculares se constituem como objetos ricos de pesquisa por serem espaços privilegiados de disputa políticas voltadas para a constituição de identidades” (VALÉRIO; RIBEIRO, 2013, p 40), os estudos de livros didáticos têm por premissa identificar quais são os sujeitos dessa história e a forma que foram retratados e compreendidos dentro deste processo histórico.

A tentativa de compreensão dessa lógica, marcada pela eleição de heróis, fatos e datas concebem aos historiadores uma fonte privilegiada

(...) seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem às ciências... ou ainda à economia do livro, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem. O manual é, realmente, um objeto complexo dotado de múltiplas funções, a maioria, aliás, totalmente despercebidas aos olhos dos contemporâneos. É fascinante - até mesmo inquietante - constatar que cada um de nós tem um olhar parcial e parcializado sobre o manual: depende da posição que nós ocupamos, em um dado momento de nossa vida, no contexto educativo; definitivamente, nós só percebemos do livro de classe o que nosso próprio papel na sociedade (aluno, professor, pais do aluno, editor, responsável político, religioso, sindical ou associativo, ou simples eleitor,...), nos instiga a ali pesquisá-lo. (CHOPLLIN, 2002, p 13).

Já é dado que as diversas pesquisas feitas sobre os livros didáticos têm como motivação analisar a possível influência que o mesmo possa exercer na formação e na reafirmação de memórias, discursos e identidades coletivas.

A escolha dos livros didáticos para pensar a construção do saber histórico escolar deve-se à evidência de que o livro didático não necessariamente acompanha um determinado programa curricular; às vezes e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, é o livro didático que constrói e legitima o que deve ser ensinado, lembrado e, assim, legado como memória às gerações futuras. Claro que isso não se dá de forma fixa, linear ou mesmo sem disputas; há negociações e reelaborações constantes nesse processo de seleção que varia com os contextos e tempos ao longo da história. (GASPARINI; SILVA, 2010, p. 36 e 37)

O ensino de história e seus manuais fazem parte da cultura e da memória de muitas gerações, sendo o mesmo ressignificado a partir das demandas de cada tempo histórico. Além disso, ele ainda tem uma função importante para os educandos, na tarefa de mediar à

construção do conhecimento, uma vez que o mesmo ainda é tido como o principal instrumento pedagógico, embora não seja a única fonte para o ensino e aprendizagem.

Entendido atualmente como um suporte cultural que opera para além da escola, já que constitui, muitas vezes, o único material de leitura que entra nas casas dos estudantes de escolas públicas brasileiras, o livro didático é também considerado um importante instrumento de trabalho para os processos de ensino-aprendizagem escolares, um significativo auxiliar para o trabalho do professor e um elemento bastante presente na formação das novas gerações. Nessa perspectiva, espera-se que o professor não tome o livro didático como uma prescrição e/ou imposição ao seu trabalho, lançando mão de outros materiais pedagógicos e refutando as proposições do livro que não condizem com a sua proposta de trabalho. (BARROSO; et al. 2010, p. 110).

Para Choplin (2002) os manuais didáticos são permeados por problemas que vão além da seleção dos conteúdos, como a esquematização e a simplificação das explicações dos fatos, e ao atenderem projetos políticos de poder recorrentemente silencia, quando não deturpa o evento.

Os autores de manuais não pretendem somente descrever a sociedade, mas também transformá-la, o manual apresenta uma visão deformada, limitada, até mesmo idílica da realidade: constituindo uma purificação. Tende, por razões de ordem pedagógica, à esquematização, chegando até a inexatidão por simplificação ou por omissão, especialmente quando se destinam aos níveis menos elevados. O manual funciona assim, ao mesmo tempo, como um filtro e como um prisma: revela bem mais a imagem que a sociedade quer dar de si mesma do que sua verdadeira face. (CHOPLIN, 2002, p. 22).

2.3 O PAPEL DO EDUCADOR E RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO

É preciso compreender que o educador que está no chão da escola, utilizando os manuais didáticos, nem sempre possui uma leitura mais crítica sobre esse instrumento de ensino e o conteúdo abordado, o que hipoteticamente possibilitaria aos educandos outra visão do assunto tratado.

É neste sentido, que podemos afirmar que o papel do professor, prioritariamente, é estabelecer a contra ideologia dos discursos que compõem os textos didáticos, ou seja, desmistificar as supostas “verdades” que são veiculadas nos textos dos livros didáticos, por meio da contextualização destas afirmativas com a realidade vivenciada pelos alunos, demonstrando que todo discurso é carregado de intenções, que todo discurso é construído historicamente, num tempo e espaço determinado, segundo interesses e objetivos claros, no sentido de informar “algo” ou “alguma coisa” e fazer, utilizando do maior poder de convencimento possível, com esta informação torne-se uma verdade aceita e inquestionável na vida dos alunos. Acreditamos, pois, que a principal função do professor, notadamente aquele que se concebe como um Intelectual Transformador, é a de construir discursos e ações contra ideológicos, na tentativa de preencher os vazios, ou brechas, encontradas no

discurso “oficial” contribuindo na construção de discursos que possam orientar a conscientização e a atuação concreta dos alunos no entorno social de que fazem parte. (SILVA; CARVALHO, 2004, s/p).

Dessa forma, podemos afirmar que a atitude do educador frente ao livro didático é o que determinará a função que o livro desenvolverá na formação escolar dos educandos, pois sendo este na maioria dos casos o único livro que o educando terá a possibilidade de ler, manusear e possuir, o jeito que os educandos forem orientados a utilizá-los na escola será determinante para uma relação saudável entre educandos e livros didáticos. Para que esse material se constitua num instrumento que de fato possa contribuir na aprendizagem dos alunos, lhes favorecendo um entendimento, a partir do desenvolvimento de uma atitude crítica sobre o verdadeiro papel dos livros didáticos na caminhada de sua aprendizagem escolar. Onde professores e alunos não se tornem dependentes do livro didático, utilizando do mesmo como uma ferramenta que irá contribuir no desenvolvimento da autonomia do senso crítico, e ir à contra mão da ideologia posta nos discursos dos livros, para que ele não se torne o eixo principal ou exclusivo do processo de ensino e aprendizagem.

No entanto, vivenciamos um momento de retrocesso na ideia de emancipação dos sujeitos. Na atual conjuntura, notoriamente conservadora, estamos presenciando a criação de diversos projetos para o campo da educação, o mais famoso e que vem repercutindo múltiplos posicionamentos, tanto contra, mas também a favor, é o da “Escola sem Partido”, cujo seu principal argumento se alicerça no discurso da “neutralidade”.

Esses projetos buscam neutralizar o trabalho docente e direcionar o currículo, impedindo a circulação de conceitos marxistas, os debates sobre gênero e sexualidade nas escolas e submetendo os processos pedagógicos às convicções morais e religiosas dos pais. Tais imposições surgem num contexto de recrudescimento de forças conservadoras que, a princípio, pretendem “amordaçar” os professores, tornando-os meros reprodutores de discursos que conformem os alunos diante das desigualdades sociais, da intolerância religiosa e do preconceito de gênero, materializando um amplo retrocesso nas conquistas democráticas. (RAMOS; STAMPA, 2016, p. 250).

Logo, a neutralidade propagada se transforma em uma verdadeira “camisa de força”, limitando os educadores e educandos em suas práticas reflexivas. Os projetos de “neutralidade” também estão calcados em doutrinação: social, física e religiosa, uma vez que nas salas de aula ao serem abordados questões de religiosidades para além da cristã, de outras sexualidades para além da heteroafetividade e, políticas para além do liberalismo o educador estará incendiado em crime. Em outros termos, é a criminalização do ato reflexivo, a negação do processo de produção do conhecimento enquanto um espaço de contradição, a negação da

história e das lutas dos homens e mulheres para modificar o mundo. (RAMOS; STAMPA, 2016, p 252).

Assim, se o conhecimento é construído por meio do trabalho humano, sua humanidade não pode ser recusada, pois nela se encontra sua própria ideologia. Desta forma, é capcioso o discurso que busca a neutralidade na construção do conhecimento, pois é em sua condição humana que o homem produz ideologia.

Dito isto, o que chamamos de ciência não está à margem da política e da ideologia, na medida em que para existir ela necessita do "processo" de construção do conhecimento fazendo dela 'parcial, subjetiva, condicionada socioculturalmente e psicologicamente'. (RAMOS; STAMPA, 2016, p. 252).

(...) a produção e a difusão do conhecimento não se dão fora do conjunto das relações sociais. Neste sentido, é impossível que existam ideias autônomas, sem matriz ideológica. Toda e qualquer ideia provém de um processo histórico real que é condicionador e possibilitador do processo teórico. É neste sentido que ensinar não é apenas tratar de conteúdo e objetivos, mas um processo que 'se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível' (...). (RAMOS; STAMPA, 2016, p 253).

Existe ainda, uma forte tentativa em acusar o educador de utilizar as aulas para proferir palestras subversivas, ou seja, aquele que não tem seu trabalho centrado no livro didático, sendo que a grande questão aqui é crítica direcionada ao capitalismo. Pois, imaginemos que o capitalismo fosse exaltado e muito elogiado, acreditamos que provavelmente o educador não fosse perseguindo e muito menos considerado um subversivo. Desta maneira, sob o falso pressuposto de neutralidade, buscam criminalizar qualquer visão de mundo que seja contra a ordem do capitalismo.

Convém lembrar "que os projetos que tramitam no senado e na câmara dos deputados, buscam vigiar e criminalizar o trabalho docente" (RAMOS; STAMPA, 2016), e se as propostas forem aprovadas, as mesmas limitarão a abordagem de várias disciplinas escolares, entre elas a de história. Assim, esse debate se faz necessário, bem como a criação de estratégias coletivas para o enfrentamento dessa situação, pois caso contrário, quem estiver nessa posição de poder tentará decidir o que é aceito como conhecimento.

Diante do exposto e considerando que com avanço das forças conservadoras as escolas desempenharam cada vez mais o papel que o autor Pedrinho Guareschi (2007), apontou como aparelho ideológico do Estado, torna-se imprescindível a crítica aos materiais didáticos e seus usos, especificamente nos manuais de História as eleições e esquecimentos dos conteúdos.

Especificamente em Rondônia, é preciso resgatarmos a incidência das elites agropastoris e a decadência das elites extrativistas, para compreendermos como as disputas

políticas incidem nos projetos de uma História local e como esta é narrada nos manuais didático.

3 A FORMAÇÃO DO ESTADO RONDONIENSE E SEUS CICLOS ECONOMICOS

Rondônia é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado na região norte e tem como limites os Estados do Mato Grosso a leste, Amazonas a norte, Acre a oeste e a República da Bolívia a oeste e sul.

A formação sociocultural¹ do Estado de Rondônia é feita de retalhos socioculturais e que não, necessariamente, dispõem de laços de continuidade entre si. Nesse sentido, é preciso deixar claro a questão da multiplicidade e da diversidade, bem como as contradições e conflitos do processo de ocupação da região. É necessário, também, trazeremos aqui a extrema espoliação pela qual passaram as populações indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos e demais coletores/trabalhadores da floresta.

No tocante as estratégias do Estado para a ocupação do território, destacamos a manipulação que os migrantes sofreram com “vistas a preparar a terra”, ou seja, transformar a floresta em pasto ou lavoura. Pois na lógica da defesa do território nacional, entre as décadas de 1960 e 1990, foram criados programas de distribuição de terra e incentivo a migração para o Estado de Rondônia. Neste período deslocaram para Rondônia milhares de brasileiros oriundos do centro-sul e nordeste na esperança de “dias melhores” assentaram-se colonos em terras nem sempre “vazias”, tal processo foi marcado pelo enfrentamento com os que já estavam naquele espaço, a saber: quilombolas, extrativistas e populações indígenas, ou seja, os antigos ocupantes dessas terras, então consideradas “vazias”. Segundo Souza, a região que compreende o Estado de Rondônia sempre esteve ocupada, antes mesmo de qualquer espanhol ou português por os pés aqui, dessa forma, muito antes dos ciclos econômicos, mas isso não significava um crescimento populacional dentro dos padrões da modernidade. “Neste sentido, a ‘população tradicional’ não é contabilizada sendo considerada inexistente e “sem cultura”. São pessoas invisíveis e contra elas não se praticaria violência alguma, uma vez que não eram considerados “humanos” pelos órgãos.” (SOUZA, 2011, p. 43).

Destarte, a consolidação do Estado de Rondônia remete a políticas de Estado para ocupação da fronteira amazônica, considerada até então como um grande vazio demográfico, onde se tinha por projeto aprofundar as relações capitalistas para esse lugar tão distante e isolado. Desde os primórdios da era republicana, foram implantadas políticas e projetos para colonizar o território rondoniense, a exemplo da linha telegráfica “que objetivava a integração da Amazônia com o Centro-Sul brasileiro, por meio do processo de comunicação do telegrafo

¹ O termo sociocultural é utilizado para referir-se a qualquer processo ou fenômeno relacionado com os aspectos sociais e culturais de uma comunidade ou sociedade.

com fio, entre os anos de 1920 e 1940.” (MONTEIRO, 2008, p. 09). Antes da linha telegráfica, teve a estrada de ferro Madeira-Mamoré, que em tese, facilitaria o escoamento de mercadorias e a passagem de sua produção via o Oceano Atlântico. E como último exemplo, e não menos importante, podemos citar a construção da Rodovia federal 29, hoje BR 364. Que visava à interiorização das vias de comunicação no território rondoniense ampliando o contato terrestre com o centro-sul do país.

No que tange sua multiculturalidade² o Estado de Rondônia é uma mistura dos costumes e tradições de todo o Brasil em um determinado espaço, desta forma o Estado Rondoniense

(...) é uma fronteira multicultural. É comum encontrar um Centro de Tradições Gaúchas-CTG, servindo churrasco com macaxeira, farinha d'água e baião de dois, juntando em um único prato a culinária gaúcha, nordestina e amazonense. A mistura não para por aí, as manifestações culturais são as mais diversas possíveis, é comum ver pessoas de outras regiões junto do pessoal maranhense apreciando a radiola do reggae maranhense, popularizado pelo uso do *playback*. As interações e os empréstimos são tão variados, bem como a sua ressignificação. O Presidente do Bloco Jamaica é um gaúcho, caucasiano e de olhos azuis claros, tipicamente um descendente de europeus. (SOUZA, 2011, p. 36).

A compreensão sobre a etnocultura³ do Estado de Rondônia, que tem sua história marcada pelo encontro de costumes, tradições e gostos diferenciados implica, minimamente, a busca pela compreensão dos encontros, assim como, seus confrontos. Ao longo dessa pesquisa percebemos um grande esforço por parte das elites para narrarem, à sua cosmovisão, a história e memória de Rondônia, gerando

[...] um grande esforço, para se construir Rondônia, tanto na memória, como na cultura. Este esforço foi mais evidente no período de transição do então Território Federal de Rondônia para o novo Estado no início da década de 80 e se estende ao início dos anos 90 do século XX. Nota-se, porém, que esses discursos tendiam a privilegiar alguns atores e instituições em detrimento de outros. Constata-se uma tendência em busca de uma homogeneidade e silêncio quanto à multiplicidade. (SOUZA, 2011, p. 01).

Segundo Souza (2011) ainda na década de 1980 existia o Estado, mas não existia uma memória para se preservar. Dessa forma, era preciso criar referências coletivas, de forma cada vez mais a população as conheçam e nelas se reconheçam. Ante a essa perspectiva, o Estado rondoniense, foco da pesquisa, não foge dessa lógica, pois para minimamente organizar sua população – majoritariamente de imigrantes – em um determinado espaço foi preciso criar

² É um termo utilizado para descrever a existência de variadas culturas numa cidade, região ou até mesmo país.

³ Refere-se à questão de etnia e cultura de um determinado espaço.

discursos de convencimento, para que essa população sentisse pertença ao local, para tanto foram forjados símbolos que representassem a ideia de unidade, assim como, histórias que justifiquem as atitudes e decisões tomadas durante todo esse percurso.

Essa operação de invenção e reinvenção da História de Rondônia promoveu aquilo que Hobsbawm e Terence Ranger definiram como invenção das tradições.

[...] ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9).

Dessa forma podemos considerar a invenção de tradições sendo fundamentalmente um método de formalização e ritualização, qualificado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição, assim como a disputa da memória desse passado. A construção dessa memória está ligada aos projetos de exploração econômica do território.

3. 1 RONDÔNIA E SEUS CICLOS ECONÔMICOS.

O histórico do processo migracional e por consequência a ocupação do Estado de Rondônia está ligado aos ciclos econômicos dessa região, em alguns casos não podemos necessariamente afirmar que foi um ciclo econômico, mas que não deixou de ter fundamental importância para compreensão do desenvolvimento socioeconômico local. Podemos dividi-los em dois grupos, o dos extrativistas⁴ (borracha, madeira, pedras preciosas, entre outros), e o segundo seria o agronegócio com seu monocultivo⁵ (gado, café, cacau, plantações de sojas, etc.), sendo que cada uma teve sua importância econômica e social para o desenvolvimento do Estado.

[...] o processo migratório de ocupação no Estado de Rondônia passa por vários períodos. Num primeiro momento, essa ocupação ocorreu através dos portugueses por meio das descobertas de ouro, na tentativa de ocupação e exploração do precioso minério, fins do século XVII. Num segundo momento, a ocupação, estimulada pelo surto da borracha, foi caracterizada pela presença maciça de nordestino, em meados do século XVII, na busca por trabalho, de alguma atividade econômica que lhe rendesse alguns ganhos para o sustento de sua família, que por falta de condições

⁴Está relacionada ao ato do extrativismo, onde se tem a retirada de todo tipo de material da natureza para fins comerciais, pessoais ou industriais.

⁵Monocultivo são plantações de grandes extensões com o cultivo de apenas um produto.

permanecia em seu local de origem, enfrentando as mais diversas dificuldades. (CIM, 2003, p. 11).

É possível afirmarmos que o primeiro ciclo econômico em Rondônia, foi à atividade extrativista do látex. Apesar de ser extraída em toda a Amazônia até as primeiras décadas do século XIX, a produção da borracha tinha pouca importância para o conjunto da economia local.

[...] Até o princípio do século XIX, esse produto era utilizado em pequena escala na Europa, basicamente como borracha de apagar [...] e ainda, sob forma de outros utensílios: bombas de sucção, bolas e botas, esses últimos exportados sob a forma de faturados que eram produzidos em Belém no início daquele século. (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 97).

Com a descoberta da vulcanização da borracha, criado por Charles Goodyear, em 1839 “e o advento do automóvel e da bicicleta, que tem pneumáticos de borracha entre seus componentes, a demanda de látex, pelos centros industriais europeus e norte-americanos, cresceu enormemente.” (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 97). Mesmo tendo abundância natural de árvores, qualidade, produtividade e grande experiência na extração, o Brasil não tinha condições econômicas para ampliar sua produção, desta forma se apresentam os capitais estrangeiros, que aos poucos foram dominando o controle do processo produtivo de vastas áreas de seringais. A partir de 1912, os seringais brasileiros veem o preço de sua borracha baixando devido aos seringais plantados na Ásia.

A riqueza produzida em décadas não fora investida em qualquer atividade, que permitisse o fortalecimento econômico da região. Findo o auge do extrativismo, a região do Madeira entrou em colapso, com alguns sinais de recuperação da atividade econômica, durante a primeira e segunda guerras. (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 99).

A produção da borracha esteve muito presente na história desta região, assim como, os diversos altos e baixos em sua comercialização, e com isso atingiu de forma direta sua “estabilidade” social e econômica, não só ao que se refere à questão de dinheiro, mas também referente ao contingente de trabalhadores que viam em busca de melhores condições de vida, neste momento são os nordestinos que mais se direcionam a esse novo território.

Todavia, o aspecto mais importante desse período foi o intenso deslocamento de nordestinos para a Amazônia, o que possibilitou ‘a criação de uma nova identidade étnica diferenciadora’. A explicação para este movimento populacional não se encontra somente na grande seca de 1870, antes, esteve aliada à estrutura oligárquica fundiária do Nordeste, que proporcionou a saída de milhares de nordestinos de sua

terra natal para os trabalhos nos seringais da Amazônia. (ROSA, 2015, p. 86, grifo do autor).

A vinda dos migrantes ampliou a diversidade, com suas múltiplas identidades promoveram o encontro de culturas. Se até a década de 1970 a principal influência na cultura local foi os costumes bolivianos⁶, amazônicos, e paraenses, a partir das correntes migratórias, juntou-se ao “caldão” cultural de Rondônia elementos da cultura centro-sul do país.

Os maiores problemas foram encontrados no momento em que a terra passou a ser privatizada – processo que aconteceu nos fins do século XIX e início do século XX, dificultando a exploração dos recursos naturais daquele espaço pelos extrativistas de subsistência, ou seja, aqueles que não detinham a posse do terreno, Leal (2008) aponta que esse seria um processo de fechamento do rio, para a demarcação de áreas para a extração do látex por particulares, ação está que encontrou forte resistência dos habitantes locais. Este é o momento em que se tem a redefinição do controle sobre os recursos naturais da região.

[...] Esse processo foi marcado pelo interesse do Estado na região, que devido à demanda de matéria prima imposta pelo mercado internacional, mobilizou interesses privados e públicos para a área. Foi a partir de 1880 que vemos surgir grandes empreendimentos relacionados à produção de borracha, sendo na presente década o início das tentativas de construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré. Não nos enganemos ao pensar que essa construção imperialista no meio da floresta amazônica visava apenas o escoamento da borracha; [...] essa construção proporcionava vantagens; políticas, estratégicas, administrativas e comerciais (ROSA, 2015, p.86).

Na narrativa fica explícito “que o Estado enquanto garantidor de direitos acabava por ser a ferramenta de manutenção de uma estrutura que coagia e subjugava a classe trabalhadora, garantindo o “direito” a quem detém a “posse” da terra onde se encontra o seringal.” (ROSA, 2015, p. 84). Neste processo observou-se o surgimento de uma elite que ostentava diversos títulos e privilégios.

É preciso entender que os trabalhadores dessa região do rio Madeira⁷ (que era a principal região de exploração de tais bens), tinham sua mão de obra empregada na fabricação da borracha em regime quase que de escravização, que era tida pelo Estado como uma

⁶ Essa expressão vem no sentido de trazer que Rondônia por esta ali na divisa com a Bolívia sofre diversas influências em sua cultura e costumes.

⁷ O Rio Madeira está localizado na região norte do Brasil, sua nascente fica em território boliviano, na Cordilheira dos Andes. Em seu trecho inicial tem o nome de ri Beni. Após passar pelo território da Bolívia, ele banha os estados brasileiros de Rondônia e Amazonas, o madeira tem sua foz no rio Amazonas, sendo o principal afluente deste rio.

atividade perfeitamente legal, atuando ainda, com seus órgãos repressores na manutenção deste sistema de trabalho.

Deixou de considerar que toda a população do vale do Madeira viveu um regime de terror marcado pela exploração da mão de obra, pelos castigos físicos, infligidos numa massa subjugada dentro de um sistema que não lhe permitia escapar, e mesmo quando a fuga se tornava uma realidade o risco de ser capturado era imenso, na medida em que as autoridades policiais como relatado acima, auxiliavam particulares como uma espécie de ‘capitão do mato’(ROSA, 2015, p. 84).

[...] o que podemos perceber é a organização de uma rede de controle por parte dos patrões. (ROSA, 2015, p. 84).

Com isso, é possível percebermos que uma boa parte dos conflitos gerados nessa região foi devido à “demarcação de terras, inserindo no complexo sistema do seringal uma classe que detinha o poder sobre a legitimação da posse da terra” (ROSA, 2015, p. 88). Como nos deixa claro Rosa (2015) que essa reorganização não foi somente espacial, mas também transformou a estrutura social, na medida em que expôs as classes e as inúmeras relações de poder até então submersas.

Outra atividade que movimentou bastante a economia rondoniense foi à busca por pedras preciosas, desde o período colonial se tinha a procura, principalmente, por ouro e diamante, nesta região.

Muitos aventureiros vindos do Centro-oeste viviam a buscar ouro e diamante nos rios do Território do Guaporé. Em 1951 foram descobertos diamantes no Rio Ji-Paraná, próximo ao posto do telégrafo na localidade de Vila de Rondônia. Esse garimpo atraiu muita gente para a região, porém não havia tanto diamante como se imaginava. (SOUZA, 2001, p. 16).

Nas primeiras décadas do século XX, Rondônia teve alguns garimpos de ouro: “o garimpo “Serra sem-Calça, no município de Jaru, como no garimpo do rio Madeira, notadamente o garimpo dos Araras, na hoje cidade de Nova Mamoré.” (MONTEIRO; AFONSO, 2008, p. 82). No entanto, no final da década de 1940, esses garimpos foram esgotados, deixando milhares de trabalhadores desempregados.

Os garimpeiros continuaram a busca por pedras preciosas, e no ano de 1955 encontraram as primeiras minas de cassiteritas⁸. E no ano de 1987, foi descoberto o garimpo Bom Futuro que atualmente é considerado como sendo o maior garimpo a céu aberto do mundo, e a partir de sua descoberta inicia-se a garimpagem de sua maior riqueza que é a

⁸ A cassiterita - minério de estanho.

cassiterita, garimpo este que esta em plena atividade até os dias de hoje, sendo sua produção de grande importância para a economia do Estado Rondoniense.

Imagens 1 - Garimpo Bom Futuro.



Fonte: <http://anoticiamais.com.br/wp-content/uploads/2015/01/13101206.jpg>

O trabalho de garimpagem era artesanal e milhares de trabalhadores passaram a atuar na extração da cassiterita. O crescente volume de produção atraiu empresas mineradoras que passaram a pressionar o Governo Federal para o fechamento da lavra manual, sendo, portanto, permitido somente a exploração do minério com a lavra mecanizada. Desta forma, no ano de 1971, o garimpo foi oficialmente fechado para a lavra manual.

O garimpo foi oficialmente fechado para lavra manual, a partir de 31 de março de 1971, por portaria ministerial nº 195, do Ministério das Minas e Energia. O *lobby* dos consórcios das empresas de capitais nacionais e estrangeiros como a Ferro Union, a Billinton International Metals, a Paranapanema, a Brascan, a Brumadinho e a Best havia vencido o desigual jogo econômico [...]. No campo político, o fechamento fez com que os militares e seu partido político a ARENA saíssem desgastados e a amargar a perda da popularidade no Território. O efeito do fechamento da lavra manual foi devastador para a economia do Território, pois mais de dez mil pessoas estavam ligadas diretamente ao processo de extração e trinta mil nos setores de suporte como transporte, alimentação, comércio e serviços em geral, para uma população total do Território de cem mil habitantes. O Território novamente iria sofrer uma letargia econômica, apesar da enorme quantidade de estanho retirada pela lavra mecanizada. (SOUZA, 2001, p. 17).

Tanto o ciclo da borracha, quanto a descoberta da cassiterita nos anos 50 foi um dos elementos de suma importância para impulsionar a ocupação de Rondônia. Assim como, não podemos deixar de falar do “projeto agropecuário com incentivo de empresas de capital

estrangeiro, destinado à exportação, nas décadas de 70 e 80, sob a direção dos governos militares.” (SOUZA, 2001). Aqui entramos no que anteriormente chamamos de ser o segundo grupo dos ciclos econômicos da região: o agronegócio, onde apontamos à pecuária, o café, o cacau e a soja.

O projeto dos militares era lotear a região entre as empresas transnacionais e nacionais instaladas no país por meio de isenções fiscais. Uma campanha massiva feita no governo Médici, com o intuito de atrair as empresas para a Amazônia, oferecia créditos e infraestrutura para a pecuária extensiva voltada para exportação. (SOUZA, 2001, p. 20).

O momento decisivo para a colonização definitiva do Estado de Rondônia se deu a partir de 1970, com a construção da BR 364 que gerou um grande surto migratório para a região que se baseava na agricultura, esse novo fluxo de migrantes possuíam características diferenciadas das anteriores, pois neste momento o migrante “é essencialmente sedentário, agricultor, ao contrário do perfil anterior, nômade e extrativista.” (SOUZA: 2001). Tudo isso possibilitou a criação de diversos municípios que hoje integram o Estado. Ainda, se faz preciso apontar que as plantações foram desenvolvidas mais fortemente ao longo da rodovia federal.

Imagem 2 – Percurso da BR 364.



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/91/BR-364.jpg>

A pavimentação da BR 364 colocou um fim ao respectivo isolamento rodoviário do Estado em relação às demais regiões do país facilitando e proporcionando um maior

movimento migratório⁹, assim como, possibilitou o escoamento das mercadorias do Estado rondoniense e de outras regiões do país.

A agricultura desenvolvida ao longo da BR 364 apresentava Rondônia nos noticiários nacionais como o celeiro do Brasil. A pecuária bovina ganhava impulso e consideráveis áreas de floresta eram devastadas para a formação de pastos e em benefício da Indústria Madeireira. (SOUZA, 2001, p. 178).

A partir da década de 1970, tiveram início, simultaneamente, *os ciclos da madeira e da criação de gado*. Desde a década de 1980, a Amazônia brasileira tornou-se responsável por, aproximadamente, 80% da produção nacional de madeira (ROCHA, 1999).

O desmatamento da floresta foi à premissa da expansão das atividades de produção de *commodities agrícolas em Rondônia*¹⁰. Entre as décadas de 1970 a 1990, o marco temporal do aprofundamento das relações capitalistas em Rondônia, registrou-se a ação de políticas estatal voltadas para colonização.

É possível percebermos que ambos os ciclos econômicos foram, de uma forma ou de outra, projetados, basta analisarmos a expansão do agronegócio. É nítida essa projeção, pois se entendia que era preciso modernizar essa região do Brasil, que estava muito atrasada se comparada com a região centro-sul do país. O avanço do agronegócio, por exemplo, da soja na Amazônia brasileira é resultado do processo de modernização agrícola derivado da ação do grande capital nos espaços rurais.

Desse modo, na escala local duas importantes alterações corroboraram à expansão do agronegócio em Rondônia. Primeiro, a área de produção de soja e dos demais grãos era ocupada pela pecuária extensiva, sobretudo, pecuária de corte com pouco incremento tecnológico. Nesse processo de substituição da atividade pecuária, a redução do rebanho bovino foi superior nos municípios onde a soja avançou, deslocando-os para as áreas norte e noroeste de Rondônia. A compra e os arrendamentos de terras, impulsionados pela capitalização que a agricultura globalizada promove nas áreas com pouco dinamismo econômico, foram outros mecanismo cruciais para que a regionalização da soja se concretizasse como uma fragmentação no espaço agrário rondoniense. (COSTA, 2014, p. 306).

Observando que com todo esse processo de modernização, o que ainda, estava dentro deste projeto era o êxodo rural. Isso porque, para a produção de qualquer gênero alimentício em grande escala, que é considerado uma monocultura, não se pode ter a terra dividida em

⁹ São deslocamentos populacionais, tendo as migrações internacionais, onde os indivíduos migram de um país para outro. Como também tem a migração interna, ou seja, quando pessoas se deslocam dentro do mesmo país, mudando apenas de região ou estado.

¹⁰ *Commodities* é uma palavra em inglês, que significa mercadoria. São artigos de comércio que não sofrem processos de alteração. Quando nos referimos a *commodities agrícolas* estamos nos referindo a produtos como: soja, café, borracha, etc.

pequenos lotes, neste caso é vantajoso os grandes latifúndios, com grandes extensões de terras. “A redução quantitativa da população no campo, especificamente, das famílias camponesas constitui outro mecanismo da regionalização do agronegócio. A migração do campo para a cidade potencializou a emergente urbanização.” (COSTA, 2014, p. 306).

Essa modernização, de caráter eminentemente conservador traz em seu bojo a exploração trabalhista e a concentração fundiária. A produção familiar passa a ser quase que impossibilitada através do sufocamento do pequeno produtor e a falta de bem-estar social. Esses gargalos com o escoamento da produção, a manipulação dos preços realizados pelos grandes mercados e frigoríficos, somados, a escassez de aparelhos de bem estar social como Escolas, Hospitais, Creches, Praças, gera uma grande pressão para o trabalhador do Campo, desta forma as pessoas que ainda estão resistindo no campo se veem na maioria dos casos obrigadas a venderem sua força de trabalho em condições mais do que precárias, ou em última análise migrarem para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, “sonho” modesto que muitas vezes transforma-se em “pesadelos” vividos nas periferias.

No que se refere à produção de cacau e café, estas lavouras que também fizeram parte desse processo de modernização, envolveram um pouco mais a questão da produção familiar, uma vez que a maioria dos migrantes que trabalharam com essas lavouras foram os que possuíam uma pequena ou média propriedade, que tinham como princípio a agricultura familiar, no sentido de que trabalhavam apenas os membros da família.

Toda essa modernização veio acompanhada da necessidade de eleger grandes nomes que se tornariam símbolos desse momento histórico de nossa história, sendo que para isso era preciso marginalizar ainda mais os primeiros migrantes que aqui chegaram, e colocar de vez no esquecimento os povos tradicionais dessa região.

4 OS “HERÓIS” DE NOSSA HISTÓRIA

4.1 ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA

O Estado de Rondônia tem sua origem no desmembramento de uma pequena parte do Estado do Amazonas e a maior parte de seu atual território pertencia ao Estado do Mato Grosso, isso ocorre no ano de 1943, quando é denominado Território Federal do Guaporé, e só em dezembro de 1981 é emancipada a condição de Unidade Federativa, sob administração do então governador Jorge Teixeira. Sendo que a escolha do nome foi uma homenagem ao militar Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

A criação do território que hoje compreende o Estado de Rondônia representou e ainda representa, talvez com outros objetivos, um grande esforço do poder público brasileiro de promover a integração da Amazônia. Sendo preciso avançar por dentro das fronteiras agrícolas. Rondônia por ser um ponto estratégico, rico em bens naturais e de fronteira com outros países tem em si grandes preocupações em defesa desse espaço, levando em consideração ainda, de que esta foi uma região na qual os militares tiveram grande preocupação em integrar ao restante do Brasil, com grande patriotismo.

Essa recente colonização do Estado de Rondônia nos exhibe um trágico momento em sua história, situação essa ainda pouco estudada, que se refere ao choque de diversas e diferentes etnias, culturas e costumes. Esses confrontos são um pouco mais conhecidos no que se trata de questões indígenas, mas muito pouco se é estudado no caso de quilombolas e ribeirinhos. Souza nos deixa claro que a maior parte desses “choques foram criados pelos projetos de colonização desencadeados pelo INCRA¹¹ ainda no governo militar.” (SOUZA, 2011, p. 27).

No contexto da transição de território para se tornar Estado de Rondônia, parte destas elites, que podemos compreender como sendo os grandes proprietários de terras, sendo eles criadores de gado, donos de garimpos, empresários e muito presentemente os militares. Quando falamos nessas elites é preciso que se entenda que não estaremos em momento algum nos referenciando aos indígenas, ribeirinhos ou quilombolas, e menos ainda aos trabalhadores braçais que vieram para essa região oferecendo sua força de trabalho.

A elite guaporeanas era composta por altos funcionários públicos, militares, grandes comerciantes e padres, que possuíam grandes fazendas e grande plantel de escravos.

¹¹ INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

Mas poucos conseguiram fazer grande fortuna, em geral por suas atividades diversificadas: mineração, agropecuária e comércio. (HRYNZCYSZYN, [s/a], p. 05).

Esses “grandes personagens” elegeram sua experiência como sendo maior símbolo a ser preservado, uma vez que haviam perdido o poder político e econômico deste espaço. Construir uma memória para a região era uma questão de sobrevivência, muito mais simbólica, visando à possibilidade de não ter que abrir mão do seu passado e de suas regalias. Como diria Eric Hobsbawm “a maior parte da história no passado era escrita para a glorificação e talvez para o uso prático dos governantes.” (HOBSBAWM, 2013, p. 280).

Tendo em mente que a história da humanidade esta interligada com a história das evoluções da sociedade, desta maneira a história ensinada na sala de aula estará baseada no emprego de uma narração factual e seletiva, de forma que deve ir elegendo personagens e acontecimentos simbólicos.

Nada em nossa sociedade é neutro, tudo tem um papel a ser cumprido. E isso não é diferente com o ambiente educativo e menos ainda com o livro didático.

Os autores de manuais não pretendem somente descrever a sociedade, mas também transformá-la, o manual apresenta uma visão deformada, limitada, até mesmo idílica da realidade: constituindo uma purificação. Tende, por razões de ordem pedagógica, à esquematização, chegando até a inexatidão por simplificação ou por omissão, especialmente quando se destinam aos níveis menos elevados. O manual funciona assim, ao mesmo tempo, como um filtro e como um prisma: revela bem mais a imagem que a sociedade quer dar de si mesma do que sua verdadeira face. (CHOPPIN, [S/A], p. 22).

Assim como, nada esta isolado do restante da história da sociedade, pois “nenhuma tribo ou comunidade é ou jamais foi uma ilha, e o mundo, uma totalidade de processos interligados ou sistema, não é e nunca foi uma soma de grupos humanos e culturas independentes” (HOBSBAWM, 2013, p. 241), não existe povo sem história, e menos ainda, que possa ser compreendido sem a mesma, pois sem entender sua história, a existência desta sociedade seria incompreensível fora de sua fixação em um contexto histórico mais amplo.

A dificuldade mais séria bem pode ser aquela que nos remete diretamente para a história da sociedade. Surge do fato de que classe não define um grupo de pessoas em isolamento, mas um sistema de relações, tanto verticais quanto horizontais. Assim, é uma relação de diferença (ou semelhança) e de distância, mas também de uma relação qualitativa diferente de função social, de exploração, de dominação/sujeição. A pesquisa sobre classe deve, portanto envolver o resto da sociedade da qual ela é parte. Donos de escravos não podem ser entendidos sem os escravos, e sem os setores não escravistas da sociedade. (HOBSBAWM, 2013, p 127).

Dessa forma, se faz necessário deixarmos claro o papel que o ensino de história tem em reafirmar uma memória, assim como contribuir na sustentação de uma identidade coletiva. Pois quando a disciplina de história “passa por alterações, que, por sua vez, variam de acordo com suas demandas e câmbios da sociedade. De resto, a disciplina de história existiria em função de seu papel de formador de identidade nacional”¹² (MATHIAS, 2011, p. 41). Na maioria dos casos o ensino de história se baseia em uma narração alicerçada em fatos seletivos, elegendo acontecimentos simbólicos, nomeando grandes líderes, heróis, projetando grandes personagens dessa história.

O processo de formação de uma identidade passa pelo esforço da elaboração de novas referências coletivas e novos mitos. Dessa forma, Bogo nos aponta que “a identidade legitimadora é produzida pelas instituições dominantes, com o objetivo de expandir e manter a dominação sobre as forças sociais dominadas” (BOGO, 2008, p. 59). Quando refere-se a instituições, podemos ter em mente aqui que a escola é uma dessas instituições, de forma que a mesma exerce um gigantesco trabalho pedagógico na reafirmação dessa identidade.

Deste modo, “os manuais escolares e as orientações curriculares se constituem como objetos ricos de pesquisa por serem espaços privilegiados de disputa políticas voltadas para a constituição de identidades” (VALÉRIO; RIBEIRO, 2013, p 40), elegendo grandes personagens, em muitos momentos sendo os salvadores da pátria e da nação. Assim como, devem apresentar a história das elites e colocando no esquecimento os personagens mais pobres deste processo, ao investigarmos o manual didático que orienta as primeiras gerações de “nascidos em Rondônia”, estamos analisando discursos de poder que busca legitimar o avanço das frentes capitalista, em especial a formação latifundiária, em detrimento aos povos tradicionais, bem como, os migrantes que vivem da agricultura familiar.

4.2 “AQUI TODA A VIDA SE EN GALANA...”.

Nossa pesquisa observou o conteúdo que se faz presente em um livro didático sobre história de Rondônia, intitulado “Aqui toda vida se engalana...”, de autoria de Jocélia de Almeida Hryncyszyn e revisão de Ovídio Amélio de Oliveira, pela Editora Recomeço de Curitiba-PR, não consta em momento nenhum qual o ano da publicação do mesmo. Objetivamos os discursos sobre os sujeitos, eleitos como protagonistas, que fizeram parte do processo de ocupação do Estado.

¹² É um conjunto de sentimentos nos quais os indivíduos se identifiquem e possam sentir-se parte integrante de uma sociedade ou nação.

Cabe deixar claro aqui, que este livro não é estruturado como a maioria dos livros didáticos, onde se tem alguns títulos mais importantes e dentro destes se tem vários subtítulos, o manual que analisamos neste trabalho é como se fosse uma espécie de cartilha com temas pontuais e bem resumidos, de maneira que o mesmo conta com 18 (dezoito) páginas de conteúdo para tratar toda a história de Rondônia, onde estão divididos em 18 (dezoito) tópicos/momentos históricos que serão tratados, que são desde as primeiras expedições de portugueses e espanhóis para a região amazônica, passando pelas questões do tratado de Madri¹³, do Tratado de Ayacucho¹⁴ e também o tratado de Petrópolis¹⁵.

Refere-se ainda ao Real Forte Príncipe da Beira, aos primeiros habitantes de Rondônia, onde faz pouquíssima referência aos povos indígenas. Perpassando ainda, pelas questões dos ciclos da borracha, da importância das linhas telegráficas para a abertura daquele território até então abandonado, neste momento tem-se uma grande exaltação da figura do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, onde o livro conta com mais de uma página só da história de vida e seus feitos militares, desta maneira cabe indagarmos aqui quem de fato é visto com importância na apresentação dessa nossa história abordada em sala de aula, pois este mesmo livro vai tratar da existência e contribuição do indígena em apenas meia página, de forma que até dá para contar as linhas, esse é o único trecho do livro que vai trazer a participação e existência destes povos, cabendo ressaltar que estes povos têm centenas de anos de histórias.

Ainda, tratará do ciclo da borracha como sendo um fator importante para a Criação do Território Federal do Guaporé, a partir deste momento a autora do livro didático faz a opção de tratar sobre o processo de colonização e ocupação do então território, ou seja, a chegada dos migrantes vindos de várias regiões do Brasil em busca de um pedaço de terra. Ressaltando ainda como a abertura da BR-364 foi fundamental neste último processo de ocupação, que teve a chegada de uma grande leva de migrantes.

Sendo, a partir deste momento, que o livro didático vai abordar o processo de constituição desse Território enquanto uma Unidade Federativa, passando a ser denominado como Estado de Rondônia, e por fim, ainda dentro destas poucas páginas a autora ainda faz a

¹³ A partir do tratado de Madri em 1750, as fronteiras no vale dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira são definidas, definindo os limites entre o que seria território português e espanhol.

¹⁴ Em 1867 é assinado o tratado de Ayacucho, tratado esse que define a divisão entre Brasil e Bolívia, isso principalmente na região que compreende o atual Estado de Rondônia.

¹⁵ Em 1903 este tratado é assinado por Brasil e Bolívia, onde a Bolívia abre mão do território que atualmente compreende o Estado do Acre. E o Brasil se compromete em construir uma ferrovia no trecho encachoeirado do Rio Madeira, o que proporcionaria a Bolívia uma saída para o oceano o que facilitaria o transporte de suas mercadorias e o escoamento de sua produção.

opção de tratar a forma que o Estado passaria a se organizar dentro dos parâmetros governamentais, estruturais e administrativos aos quais todos os estados brasileiros estavam adaptados, assim como, também precisava criar seus símbolos de união, onde o livro só traz esses símbolos já construídos, e nada consta sobre o processo de escolha de ambos, esses assuntos sobre a forma organizativa do Estado condizem a quase um terço de todo o livro.

Cabe ainda, observarmos atentamente quais são as imagens que compõem o livro didático, onde temos um conjunto de 26 imagens, entre estas temos diversos mapas, chegando ao um total de 10 mapas, o que indica a necessidade de localizar e destacar a região da qual esta se tratando, pois era e é um local distante dos holofotes das grandes cidades das regiões centro-sul do país, desta forma é preciso que esse novo Território e uma forma ou de outra venha a se destacar.

Entre as outras imagens fica nítida a necessidade de demonstrar a questão do poder, da modernidade e reforçar os grandes homens desse processo, todas essas questões ficam nítidas quando o livro didático traz imagens da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, da maria-fumaça, assim como os prédios do governo e fotos dos militares que são tratados no decorrer do livro com muita exaltação, cabendo dizer aqui que todos são homens.

De todas as imagens apenas uma (1) traz a figura do trabalhador, que é um seringueiro na extração do látex, conforme imagem 3.

Imagem 3: seringueiro na extração do látex.



Fonte: livro didático “aquí toda a vida se engalana...”. / Nota: foto da autora.

As imagens presentes no livro didático são a reafirmação e a concordância com todo o conteúdo que é abordado no decorrer do livro.

Analisando o livro didático, “Aqui toda vida se engalana...”, temáticas como nação, patriotismo e fronteira são destaques presente durante todo o livro

O governo Vargas, desde a década de 1930, vinha-se preocupando com a ocupação da Amazônia, sobretudo das regiões fronteiriças, por causa da estagnação econômica após o auge do Ciclo da Borracha.

Para tornar a presença governamental mais efetiva no desenvolvimento da região e na defesa das fronteiras, em 13 de setembro de 1943 Getúlio assinou o Decreto-Lei n. 5812, criando cinco territórios federais: Rio Branco, Amapá, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçú.

A formação do Território do Guaporé ocorreu em plena ditadura Vargas, cujos reflexos centralizadores podemos observar na administração do território. (HRYNZCYSZYN; [s/a], p. 10).

O livro é composto por duas partes, uma sobre a história e outra sobre a geografia do Estado de Rondônia, na área de história a questão dos povos indígenas é parcialmente abordada, sempre abordada de maneira tangencial e naturalizada tratando o indígena como um elemento que compõe um cenário. A exemplo disso citamos:

As nações mais guerreiras e que maior resistência ofereceram aos colonizadores portugueses foram os muras e os mundurucus. Mas a aliança desses indígenas com os portugueses, além de doenças, acabou por dizimar os muras no final do século XVIII.

As guerras entre tribos por conquistas e domínio de território também eram constantes. (HRYNZCYSZYN, [s/a], p. 04).

Ao tratar o indígena muitas vezes de uma forma estereotipada, o livro busca engrandecer, entre outros, figuras como Cândido Mariano da Silva Rondon, Aluizio Ferreira e Jorge Teixeira de Oliveira, todos militares. Os pioneiros são identificados como heróis, por desenvolverem projetos que proporcionaram o “desenvolvimento” estrutural e econômico da região, projetos estes, onde os povos da floresta foram os mais atingidos. Desta forma, traz presente apenas “acontecimentos e personagens marcantes” na história do Estado, cabendo ressaltar que estes personagens na maioria dos casos são militares ou grandes proprietários de terras.

No entanto, quando falamos de grupos sociais, devemos entender que existem projetos de esquecimentos, certos acontecimentos e fatos não podem ser lembrados, pois os mesmos podem ser uma ameaça à unidade desse grupo. Unidade esta que em muitos casos foi

construída a partir de quem pode escrever e dizer o que é e o que não é lembrança/memória coletiva. O historiador Eric Hobsbawm, em seu livro “Sobre a história”, em diversos momentos do texto vai apontar que todos têm histórias, no entanto quem sempre conta as mesmas são as elites, de forma que a história é vista, comumente, de cima para baixo, deste modo, quem detêm o poder busca manipular os fatos e, portanto a História.

É importante ainda, compreendermos que os “diversos tempos da lembrança, já que as memórias, apesar de parecerem estáticas, mudam com o tempo e com as novas demandas do presente. Em outras palavras, o que hoje se coloca como de fundamental importância para se recordar, nem sempre assim o foi.” (MOTTA, 2014, p 181). As memórias são recontadas a partir das demandas de cada tempo histórico, pois o que hoje é importante é provável que amanhã já não seja mais, pois os sujeitos e as necessidades não são as mesmas.

O livro didático sobre história de Rondônia tem seu conteúdo resumido, de maneira que em alguns momentos aparecem questões tratadas como um acontecimento simples, sem nenhuma repercussão, dando a entender que já era uma situação dada. Não trata da questão dos trabalhadores, sejam eles do espaço urbano ou rural. Deste modo, podemos citar, como exemplo, a situação vivenciada pelos trabalhadores da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que trabalhavam em condições quase sub-humanas, segundo Ferreira (2008) a ferrovia foi responsável por vitimar milhares de trabalhadores devido à precariedade das condições de trabalho. No entanto, o livro didático traz essa questão de forma muito sucinta.

Das quase 22 mil pessoas (trabalhadores braçais e técnicos) que trabalharam na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, entre 1907 e 1912, mais de 1500 morreram de doenças, acidentes nas obras e outros motivos. (HRYNZCYSZYN, [s/a], p. 08).

Esse é o único trecho do livro que retrata a questão dos trabalhadores mortos durante a construção da ferrovia, de forma que apenas apresenta os dados das mortes, mas não fala sobre as causas de tais mortes. Desta maneira, o livro didático “tende, por razões de ordem pedagógica, à esquematização, chegando até a inexatidão por simplificação ou por omissão, especialmente quando se destinam aos níveis menos elevados.” (CHOPLLIN, 2002, p. 22).

Podemos dizer que a autora faz recortes lineares da história rondoniense na construção do livro didáticos, quais merecem uma breve análise sobre esses fatos.

O livro didático inicia tratando da questão da ocupação da Amazônia, porém apenas considerada a partir do período colonial, com a ocupação dos portugueses nessa região, que

virão nas especiarias amazônicas um meio de compensar as perdas no comércio com as Índias. No processo de expedições em busca de explorar essa região tem-se em destaque a figura de Antônio Raposa Tavares que teria comandado a primeira expedição dessa natureza. Mas, aqui não considera toda a história dos povos que ali já habitavam, assim como os diversos conflitos que houve com esse processo de “colonização”.

O livro didático retrata que a região dos rios Guaporé¹⁶, Mamoré¹⁷ e Madeira não se tinha definido suas fronteiras, de forma que Portugal e Espanha viviam em disputa por esse território. A partir do Tratado de Madri suas fronteiras ficam delimitadas, no entanto a preocupação em proteger suas fronteiras era constante, de forma que foi instalado núcleos de povoamento nas regiões fronteiriças.

Com isso, a autora do livro didático da sequência em sua narração tratando do que por ela foi intitulado como sendo os *primeiros habitantes de Rondônia*, que parecem existir apenas depois da chegada de portugueses e espanhóis nessa região. Traz presente o nome de algumas tribos indígenas desse território que hoje compreende o Estado de Rondônia, porém não trata dos conflitos e encontros entre índios e imigrantes, uma vez que esse processo de colonização foi apenas uma invasão ao território ocupado por essas tribos.

Referente à *população guaporeanas no século XVIII*, vem apresentando quais seriam os grupos que constituem a elite daquele momento, destacando os altos funcionários públicos, militares grandes comerciantes e padres, que possuíam grandes extensões de terras e grande número de escravos. Refere-se também a questão dos escravizados, como eram tratados e como funcionava a sociedade guaporeana escravocrata.

Os escravos de particulares estavam sujeitos ao controle de seus trabalhos nas grandes fazendas, nas lavras e faisqueiras por feitores, às vezes escolhidos entre os próprios negros. Revestido de grande autoridade, o feitor constituía o elo entre os escravos e o senhor deles.

Entre os pequenos proprietários, com o número reduzido de cativos, o feitor não existia. A relação direta do senhor com os escravos, apesar do uso da coerção e punição, possibilitou a eles uma melhor condição de vida. (HRYNZCYSZYN, [s/a], p. 05)

¹⁶ Guaporé é um curso de água da bacia Amazônica, no Brasil e na Bolívia. Banha os estados de Mato Grosso e de Rondônia e os departamentos bolivianos de Santa Cruz e Beni, servindo de divisa entre os dois países.

¹⁷ O rio Mamoré é um rio boliviano-brasileiro da bacia Amazônica que nasce da confluência do rio Chapare e do rio Mamorecillos, entre os departamentos de Santa Cruz e Cochabamba, 24 km ao sul da foz de um de seus afluentes, o rio Grande. Com o rio Beni forma o Madeira no município de Nova Mamoré, no estado de RO, o rio corre na direção norte em todo o seu percurso, sendo a maior parte deste em território boliviano.

Ao que se refere aos ciclos econômicos no livro didático são tratados apenas dois, que são: o da borracha e o da cassiterita. O primeiro a ser tratados é o da borracha, onde apresenta às descobertas no uso da borracha, assim como, a entrada de capitais estrangeiros para a ampliação da produção dessa matéria-prima. Onde mais tarde passaram a controlar o preço da mesma no mercado internacional. De forma resumida trata da crise ocasionada pela plantação de seringais na Ásia.

As empresas estrangeiras aos poucos passaram a dominar o controle o processo produtivo de vastas áreas de seringais e dos portos de Belém e Manaus, construídos por elas e dados como concessões pelos governos locais. As empresas europeias e norte-americanas controlavam o preço da matéria-prima no mercado internacional. Os vastos seringais plantados pelos ingleses no sul e sudeste da Ásia fizeram baixar os preços da borracha a partir de 1912. (HRYNZCYSZYN,[s/a], p. 06).

Ao que cabe, o ciclo da cassiterita que tem suas primeiras descobertas em 1950 foi tratado muito sucintamente, dando mais ênfase no processo de proibição da garimpagem manual.

A extração do minério atingiu proporções tais que observou toda a mão-de-obra disponível na região. Até colônias agrícolas implantadas fracassaram, em parte, pelo atrativo da mineração.

Garimpeiros migrantes de diversas partes do país invadiram a região.

Porém o governo, em 1970, proibiu a garimpagem manual, ser predatória por se perder parte do minério no processo de extração.

Por causa dessa proibição, sobrevieram falências no comércio e um enorme desemprego. A economia do território entrou novamente em colapso.

Só grandes empresas, com aparelhagem mecanizada, podiam atuar na exploração da cassiterita. Assim, várias multinacionais monopolizaram a extração do minério de estanho. (HRYNZCYSZYN, [s/a], p. 12).

Em relação à Ferrovia Madeira Mamoré (EFMM), como já citado em outro momento neste trabalho, tem seu contexto apresentado de forma muito resumida, ocultando conflitos e contradições nesse momento histórico. A construção da Ferrovia Madeira Mamoré foi resultado de um tratado feito entre Brasil e Bolívia – tratado de Petrópolis – Onde “o Brasil pagou milhões de libras esterlinas em indenização e comprometeu-se uma estrada de ferro para superar o problema das cachoeiras do Rio Madeira.” (Hryncyszyn, s/a, p. 07). O que possibilitaria a Bolívia o transporte de suas mercadorias e o escoamento de sua produção.

O livro didático faz referência ao processo de criação do território de Guaporé que ocorreu no ano de 1943. No decorrer do texto fica explícito o desejo de engrandecer as figuras do então presidente do Brasil Getúlio Vargas e principalmente do militar Aluísio Ferreira. No ano de 1956 passa a ser denominado território Federal de Rondônia.

O último bloco do livro apresenta a construção da BR 364 como sendo um dos fatores principais para o processo final de ocupação do Estado rondoniense.

De importância decisiva não só para o abastecimento de Porto Velho e do Território, mas também para o surto de desenvolvimento da agricultura e da criação de gado, foi a abertura da BR-364, que ocasionou um grande movimento migratório com destino a região. Na década de 70 do século XX, em decorrência do alto tráfego (migração e transporte de madeira), as condições da BR-364 eram deploráveis. (HRYNZCYSZYN, [s/a], p. 12).

Destaca-se que neste momento se tem uma leva de imigrantes vindos da região centro-sul do país. Em sua narrativa a autora ainda, afirma que o maior crescimento do estado se deu entre os anos de 1970 e 1980, em plena ditadura militar, o que nos leva a acreditar que essa região não foi ocupada atoa, este era e ainda continua sendo um território estratégico.

No decorrer da narrativa o livro didático, apresenta essa crescente leva de imigrantes, assim como, a agricultura, a pecuária bovina e a mineração como sendo um dos fatores principais para tramitar o processo do território se constituir estado. A autora não aprofunda nada sobre o processo de constituição do Estado de Rondônia, apenas apresenta “datas e nomes importantes”, dentre esses nomes estão o do então ministro do interior que era Mario David Andreazza, e o coronel Jorge Teixeira de Oliveira que foi nomeado governador do então território que tinha como tarefa preparar infraestrutura administrativa, econômica, social e política para transformar o território em Estado. De maneira, que em Janeiro de 1982 o Território Federal de Rondônia passa a se denominar Estado de Rondônia.

Na década de 1970, o país enfrentava uma grave crise econômica, com inflação crescente e desemprego, mas Rondônia prosperava e sua população crescia vertiginosamente.

Esse desenvolvimento acelerado ameaçava fugir ao controle do Ministro do Interior. Preocupado, Mario David Andreazza, ministro do interior recém-empossado, levou o nome do coronel da artilharia Jorge Teixeira de Oliveira ao presidente João Batista Figueiredo como novo governador do território. Andreazza incumbiu Jorge Teixeira de preparar a infra-estrutura administrativa, econômica e política para transformar o território em estado. Jorge Teixeira tomou posse em abril de 1979 e, armado de competência e dinamismo, em pouco tempo criou a infra-estrutura necessária. (HRYNZCYSZYN, [s/a], p. 14).

Fica nítida a necessidade de engrandecer a figura do coronel, lhe dando um papel de destaque, como se fosse o grande responsável em criar o Estado de Rondônia. Assim como, no desenrolar dos conteúdos se tem grande enfoque em personagens como Marechal Rondon, destacando também o papel de Aluizio Ferreira, que aparece frequentemente. Podemos observar que esses nomes citados são “referências” ao se estudar história de Rondônia, assim

como, também são alvos de grandes homenagens, onde seus nomes estão presentes em nomes de ruas, cidades, instituições e até mesmo no nome do Estado.

Por fim, a partir da constituição do Estado a autora trata a forma em que o Estado passa a se organizar nos aspectos administrativos, sendo a composição do governo, do poder judiciário e as eleições. E como último detalhe trata da escolha dos símbolos, afirmando que “como o Brasil, cada estado tem seus símbolos: a bandeira, o brasão e o hino. Rondônia também tem seus símbolos.” (HRYNZCYSZYN, [s/a], p. 17).

No tocante a criação do Estado, é importante observarmos que ocorre ainda no período da ditadura militar, e o território até então só havia sido governado por figuras masculinas e ambos ligados às forças armadas. Cabe ressaltar aqui, que esta configuração está ligada a esse modelo de sociedade machista e conservadora oriunda da colonização. Faz-se importante dizer ainda que essa configuração de governo continuaria durante alguns anos, mesmo depois do fim da ditadura e de seu território constituído enquanto Estado. Como diria Souza:

Não bastava chegar e impor um projeto que vinha pelo alto, também era necessário oferecer símbolos para as pessoas cultuarem. Era necessário hastear uma bandeira e dizer que ela significava a unidade federativa delimitada pelos marcos físico e político e que estava carregada de sentido. Era necessário um hino para as crianças enfileiradas e ‘fardadas’ cantarem nas escolas. Mesmo que estes símbolos pouco representassem aquele povo, isso não importava muito. É por meio desta chave que se buscará descrever e contextualizar o processo de montagem das representações simbólicas para o futuro Estado de Rondônia. (SOUZA, 2011, p. 154).

Ao abordar os conflitos e confrontos, de maneira adocicada, o livro didático tenta construir uma memória homogênea e coesa em seu discurso, sem apontar as contradições, ambiguidades e esquecimentos que fazem parte desse processo. Um momento que deixa isso bem explícito é quando tratar-se da transição do território para condição de Estado, apresentado apenas datas e os nomes dos militares envolvidos nessa tramitação, a população fica completamente oculta, parecendo estar à parte de todo esse acontecimento. Isso também ocorre quando tratar da construção dos símbolos do Estado (bandeira, brasão, hino e etc.), o livro retrata essas questões de forma simplista, parecendo não ter tido contradições e muito menos conflitos.

4.3 A CONSTRUÇÃO DOS SIMBOLOS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Na construção dos símbolos para o Estado de Rondônia somente o hino que não foi escolhido por meio de um concurso. O hino era um poema bem antigo, que era conhecido

como “Céus de Guaporé”, que mais tarde passa a ser intitulado “Céus de Rondônia” o autor do poema era Joaquim Araújo Lima “que foi engenheiro da EFMM e primeiro governador civil do Território Federal do Guaporé em 1948, indicado pelo Coronel Aluizio Ferreira.” (SOUZA. 2011, p 154). Ao que se refere ao livro didático nada consta sobre o processo de escolha do hino, apresenta apenas a letra, de forma que nos dá a entender que o hino fale por si só.

É importante apontarmos aqui que a letra do hino engrandece o papel dos bandeirantes, a necessidade da segurança, e do urbano, fazendo destes grupos atores principais dessa história. Isso invisibiliza e nega o papel e a participação dos povos das florestas, pois em nenhum momento o hino faz menção à cultura rural. Para entendermos melhor a quem de fato o hino faz referência e engrandece é importante que observemos a letra do mesmo.

HINO DE RONDÔNIA¹⁸

Céus de Rondônia

Quando nosso céu se faz moldura
 Para engalantar a natureza
 Nós os bandeirantes de Rondônia
 Nos orgulhamos de tanta beleza
 Como sentinelas avançadas
 Somos destemidos pioneiros
 Que nessas paragens do poente
 Gritam com força: somos brasileiros
 Nesta fronteira, de nossa pátria,
 Rondônia trabalha febrilmente
 E nas oficinas e nas escolas
 A orquestra empolga toda gente,
 Braços e mentes forjam cantando
 A apoteose deste rincão
 Que com orgulho exaltaremos,
 Enquanto nos palpita o coração
 Azul, nosso céu é sempre azul
 Que Deus o mantenha sem rival,
 Cristalino muito puro
 E conserve sempre assim
 Aqui, toda vida se engalana
 De belezas tropicais,
 Nossos lagos, nossos rios
 Nossas matas, tudo em fim.

É possível que acostumados ao poema tivessem-no aceitado como hino por ser conhecido, porém, este hino não refletia a realidade da transição. Toda a sua referência é à segurança, ao bandeirante, ao urbano das oficinas e escolas, não há uma referência sequer ao campo, ou à agricultura, a não ser nas formas idealizadas da natureza. “Céus de Rondônia” não faz referência ao mundo agrário, ou à cultura

¹⁸ Letra do hino de Rondônia retirada do site: <http://www.rondonia.ro.gov.br/pc/sobre/hinos/hino-de-rondonia/>, acessado em 20 de outubro de 2017.

rural de seu interior. Toda a referência está ligada aos letrados e filhos da terra localizados no eixo da ferrovia EFMM e não ao eixo da BR-364. (SOUZA, 2011, p. 156 e 157).

O que fica explícito é que a escolha do hino foi algo que não teve a participação popular e que não condizia com a realidade da transição para se constituir Estado, nem contempla seu povo e suas memórias.

No entanto, a escolha dos outros símbolos foram por meio de concursos, algo que aparentemente dá impressão de ser algo mais público, o que no fundo fica uma questão de suma importância que devemos ter em mente, que é: Quem é que tem acesso a essas coisas? Quem tem uma formação básica para participar? Quem tem interesse? Como aponta Souza (2011) poucos candidatos demonstraram interesse pelos editais.

Entretanto o Edital do Concurso de criação da Bandeira e Armas de Rondônia foi publicado no início do ano aos cinco de janeiro. O edital sugeria a ideia de um processo democrático premiado pelo mérito com a quantia de cem mil cruzeiros. Neste se inscreveram estudantes da maior parte da rede pública e dos Colégios Dom Bosco e Colégio Maria Auxiliadora (Salesianos). (SOUZA, 2011, p. 158).

No entanto, a notícia que veio abalar profundamente os concorrentes do concurso foi que ‘os trabalhos escolhidos não seriam forçosamente os símbolos do Estado de Rondônia, servirão apenas para transmitir uma ideia do que deverá ser elaborado pelo pessoal técnico do Governo.’ (SOUZA, 2011, p. 160). O que gerou certo descontentamento e uma frustração por parte dos participantes e de seus familiares também, pois essa era uma questão que segundo eles não constava no regulamento do edital, como aponta Souza (2011) [...] ‘no regulamento ninguém disse nada que serviríamos apenas de base. Agora vem esta estória num desrespeito a quem trabalhou e essa demonstração que não havia interesse em [que] se fizesse um serviço sério.’ [...], mas que ficou por isso mesmo. Semanas mais tarde foi divulgado o resultado dos trabalhos escolhidos, o trabalho selecionado para o que seria a bandeira do Estado era de certa forma uma representação da bandeira do Brasil.

No edital dizia apenas que deveria ser obrigatória a estrela, portanto esta representação, mesmo que não dizia muito sobre o passado de Rondônia era a mais “neutra” e ampla possível, para uma massa desenraizada que de posses só tinha a sua esperança. Apesar de ter sido divulgado que seria dada maior relevância à representatividade histórica, sendo o maior peso (três pontos) sobre os outros critérios, como criatividade, originalidade, estética e heráldica, a bandeira não possuía representatividade histórica alguma.

Entretanto, simbolicamente era a reprodução exata das cores da Bandeira Nacional e naquele momento a relação com a União era filial. A União estava em processo de parto e uma nova estrela iria nascer. Não foi à toa e nem por acaso que este projeto foi o vencedor.

Novamente os conhecidos estereótipos emergiam numa só vez, a projeção das esperanças no rumo de uma nova estrela da Nação. Essa esperança se assentava sobre uma natureza idealizada e “virgem” a ser explorada, a qual iria proporcionar a tão sonhada riqueza. (SOUZA, 2011, p. 161).

Ao que se refere a nossa fonte principal de análise – o livro didático – nada é apresentado sobre esse processo apenas é apresentado que a bandeira foi escolhida por meio de um concurso público, trazendo o nome do vencedor e que a mesma baseava-se na bandeira nacional.

As quatro cores, distribuídas geometricamente, baseiam-se na bandeira nacional:

- O azul representa o céu de Rondônia e do Brasil;
- O verde, as florestas do estado;
- O amarelo, o ouro ou a riqueza rondoniana;
- O branco prateado da estrela, nossa riqueza mineral (estanho).

A estrela, ao centro do caminho (o verde), projetando-se ao céu da União, aponta o rumo de prosperidade e glória para o futuro e representa nosso estado como mais uma estrela no pavilhão nacional. (HRYNZCYSZYN, [s/a], p. 17).

Para ficar mais claro o que é citado acima apresentaremos a bandeira do estado Rondônia (fig. 4).

Figura 4: Bandeira do Estado de Rondônia.



Fonte: https://wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/fa/Bandeira_de_Rond%C3%B4nia.svg/1200px-Bandeira_de_Rond%C3%B4nia.svg.png, acessado em 03 de novembro.

Das exigências feitas no edital, apontava-se com bastante relevância a questão histórica do Estado. Porém, é possível percebermos que a bandeira escolhida não referenciava em nada esse passado. E a forma em que é apresentado no livro didático pode se perceber o discurso que na época era fortemente divulgado, onde Rondônia era o berço da prosperidade, assim como, a reafirmação de um patriotismo brasileiro, como pode se perceber na

composição da bandeira, assim como a escolha da mesma não foi por acaso, mas algo bem proposital e planejado.

Referente ao Brasão, o mais curioso é que nenhum dos trabalhos apresentados fazia referência à estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Mais curioso ainda é que dentre mais de trinta trabalhos nenhum inseriu a ferrovia EFMM, e isso é bastante revelador. Aparentemente ela não fazia mais sentido para esta nova geração do Território Federal. Ela era o reduto da memória da elite letrada, mas já não encontrava ressonância naquele período da transição para o Estado. [...] O problema se torna maior se pensarmos que o critério de representatividade histórica era o de maior peso no concurso. (SOUZA, 2011, p. 162).

O desenho original do que seria o brasão do Estado sofreu diversas alterações para chegar ao que é hoje, conforme a figura 5, inclusive a estrada de ferro foi incluída no desenho. Quando partimos para analisar o livro didático vemos que não há nada sobre as contradições que houveram neste processo de escolha, apenas nos mostra o que significa cada elemento que compõe o desenho, dando ainda uma sensação de grande unidade ao Estado.

As armas do estado fixam marcos de nossa história:

- As muralhas do Real Forte Príncipe da Beira repousam sobre a espada defensora de nossa fronteira;
- As datas: 1943, a criação do Território Nacional do Guaporé; 1981, a transformação do território no estado de Rondônia;
- O U, feito de trilhos, representa a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré;
- Os ramos de cacau e de café lembram a riqueza dos ciclos do nosso extrativismo e da nossa agricultura;
- A estrela branca com calda de ouro remete ao significado contido na bandeira rondoniana. (HRYNZCYSZYN; s/a, p. 18).

Imagem 5: Brasão do Estado de Rondônia



Fonte:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f1/Bras%C3%A3o_de_Rond%C3%B4nia.svg/1200px-Bras%C3%A3o_de_Rond%C3%B4nia.svg.png, acessado em 03 de novembro.

Ao fim de tudo, podemos perceber que o processo de escolha dos símbolos não foi nada tranquilo e que esteve permeado de contradições e conflitos internos. Estando, principalmente, as escolhas calcadas num patriotismo quase que cego e numa grande necessidade de sempre reafirmar que somos brasileiros e estamos progredindo, isso ficando claro na letra do hino e nas cores da bandeira e do brasão.

O teatro montado pelo governo militar era necessário para “engajar” os rondonienses na transformação do Estado. O objetivo era dar uma aparência de participação. Contudo, os projetos dos jovens não eram considerados bons o suficiente para serem aceitos. Nesse clima de dramatização teatral e simulacro foram criados os símbolos do futuro Estado de Rondônia. (SOUZA, 2011, p. 165).

No caso das identidades nacionais, é comum, observarmos um apelo a mitos fundadores, levando em consideração ao que Hobsbawm (2013) aponta que nenhuma comunidade vive isolada, de forma, que os acontecimentos e processos estão interligados, onde não se pode minimamente entender um povo sem compreender sua história.

Juntamente com a língua, é central a construção de símbolos nacionais: hinos, bandeiras, brasões. Entre esses símbolos, destacam-se os chamados "mitos fundadores". Fundamentalmente, um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heroico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura "providencial", inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional. Pouco importa se os fatos assim narrados são "verdadeiros" ou não; o que importa é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental e afetiva que lhe garante uma certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia. (SILVA, [s/a], [s/p]).

Considerando a trajetória forjada na construção da identidade rondoniense, era necessário se criar uma ideia de unidade, onde se tivesse uma identidade coletiva e pertença a mesma. Mas só apresenta-la não era suficiente, era preciso que o povo tivesse conhecimento desses símbolos, processo qual a escola teve grande participação e os manuais didáticos deram grande suporte. De forma que o livro didático aqui utilizado como fonte principal de pesquisa nos permite afirmar que por ter seu conteúdo muito resumido, sucinto e omitindo algumas situações e acontecimentos, não deixa de cumprir com seu papel de transmissão de um sentimento patriótico, de pertencimento a essa terra e a essa história que é narrada, história está que é a das elites letradas e não dos povos das florestas.

(...) As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdade e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais

estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para 'costurar' as diferenças numa única identidade. (HALL, 2006, p. 65).

Desta maneira, independentemente de qualquer questão o livro didático não pode ser concebido como um simples objeto ou documento histórico, mas deve ser entendido, também, como um produto fabricado, encomendado, comercializado e avaliado em um determinado contexto, sendo que o mesmo não possui neutralidade diante dos aspectos sociais apresentados em sua própria materialidade, nos seus usos e nas práticas de leituras diversas que o caracterizam como tal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação sociocultural do Estado de Rondônia é feita de retalhos e contradições que não dispõem de laços de continuidade entre si. Nesse sentido, é preciso entendermos a questão da multiplicidade e de sua diversidade, bem como as contradições e conflitos do processo de ocupação da região. Desta forma, o processo de consolidação do Estado de Rondônia remete a políticas de Estado para ocupação da fronteira amazônica, região considerada até então como um grande vazio demográfico, onde se tinha por projeto aprofundar as relações capitalistas para esse lugar tão distante e isolado. Desde o período republicano, foram implantadas políticas e projetos para colonizar o território rondoniense.

O histórico do processo migratório e conseqüentemente a ocupação do Estado de Rondônia está diretamente ligada aos ciclos econômicos dessa região, onde podemos dividir estes ciclos econômicos em dois grupos, o dos extrativistas e o segundo seria o agronegócio, de forma que essas atividades econômicas foram fazendo rearranjos nas elites do Estado. De maneira que até os anos de 1970, Rondônia foi governada por elites ligadas ao extrativismo, em especial a produção da borracha. A partir desta década, com o grande fluxo migratório e principalmente com o avanço do agronegócio, o cenário político vai sofrendo mudanças consideráveis, no sentido de que a partir deste momento a elite extrativista vai perdendo espaço para os grandes fazendeiros, em especial aos ligados a criação extensiva de gado.

Desta forma, entendemos que com esse deslocamento de poder, vem junto à disputa pela memória do processo histórico de colonização do Estado, tendo em vista, que quem conseguisse ter controle sobre o que fosse escrito poderia contar e enaltecer seu papel nessa memória. Todo esse processo de reorganização, modernização e mudança vem acompanhado pela necessidade de eleger grandes heróis que se tornassem símbolos desse processo histórico de constituição do Estado de Rondônia, que a partir da pesquisa realizada neste trabalho podemos afirmar que o livro didático e o ensino de história referente ao processo de constituição do Estado não foi e nem é neutro, onde foi e é preciso marginalizar os primeiros migrantes que neste território chegaram, assim como, colocar no esquecimento os povos tradicionais desta região.

Desta forma, o Estado de Rondônia, que tem sua história marcada pelo encontro de costumes, tradições e gostos diferenciados implica, minimamente, a busca pela compreensão desses encontros, assim como, seus confrontos. Ao longo dessa pesquisa percebemos um grande esforço por parte das elites para narrarem posição, como nos aponta Souza (2011) a história e memória de Rondônia, vem acompanhada por um grande esforço de construir tanto

uma memória, como também uma cultura, esforço este que ficará mais claro no período de transição do Território para Estado, que ocorre no início dos anos de 1980. Todos estes discursos tendiam a privilegiar alguns personagens e instituições em detrimento de outros, que no fundo buscava uma homogeneidade e silenciar toda a multiplicidade que esteve entorno da formação do Estado de Rondônia.

Desta forma, o livro didático aqui utilizado como fonte principal nos permite afirmar que, por mais que seu conteúdo seja muito resumido, sucinto e que por momentos omite algumas situações e acontecimentos, não deixa de cumprir com seu papel de transmissão de um sentimento patriótico, de pertencimento a essa terra e a essa história que é narrada, história está que é a das elites letradas e não dos povos das florestas, sendo este um assunto que deve ainda ser mais estudado e aprofundado.

De maneira, que esses estudos apontem onde está à luta de classes dessa região, qual o espaço que cabe aos trabalhadores, de forma que de fato possamos apresentar que esses trabalhadores tem história, assim como precisam ser lembrados e entendidos dentro de seus costumes e contextos de vida. Assim, cabe a nós que nos reivindicamos historiadores dos de baixo, com compromisso com a classe trabalhadora darmos voz a essa parte da população que esteve e está à margem da sociedade. E nos perguntarmos por que não produzimos um livro didático que trate sobre essas questões, que fale da luta dos trabalhadores dessa região, lutas essas que foram travadas desde a invasão dos europeus nessa região, problematizando as questões que ate agora pareciam dadas e perfeitas. É necessário que compreendamos a necessidade de escrever e de buscar a história de resistência do povo dessa região.

Cabe dizer que é preciso compreender que o ensino de história e seus manuais fazem parte da cultura e da memória de muitas gerações, sendo o mesmo ressignificado a partir das demandas de cada tempo histórico. Deste modo, independente de qualquer questão o livro didático não pode ser concebido como um simples objeto ou documento histórico, mas deve ser entendido, também, como um produto fabricado, encomendado, comercializado e avaliado em uma determinada conjuntura e interesse político, pois o mesmo não possui neutralidade diante dos aspectos sociais, culturais e políticos apresentados em sua própria materialidade.

Por fim, é preciso ressaltar que durante a pesquisa nos deparamos com uma situação que de certa forma limitou o desenvolvimento da mesma, onde tivemos apenas um livro didático que se tornou fonte única para ser problematizada. No entanto, cabe dizer que essa questão não se deu por meio de escolhas, mas sim, por condições materiais do desenrolar da pesquisa, pois quando planejada a pesquisa a ideia era de usarmos outros livros didáticos,

porém, na busca pelas fontes não conseguimos ter acesso a outros livros didáticos, de forma que tivemos que trabalhar com apenas uma fonte.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Edeilson Matias de. Livro didático: uma abordagem histórica e reflexões a respeito de seu uso em sala de aula. **Cadernos da FUCAMP**, n° 04, volume 04, Fundação Carmelitana Mario Palmério, 2005.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel, et al.. **Ensino de história: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010. Disponível em
- BENTO, Luiz Carlos. O saber histórico e o ensino de história: uma reflexão sobre as possibilidades do ensino escolar da história. **Fato & Versões – Revista de História**. N° 10, Volume 05, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2013.
- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão popular, 2008.
- CIM, Salvador. O processo migratório de ocupação no estado de Rondônia. **Visão Histórica**. N°104, volume II. Universidade Federal de Rondônia, 2003.
- COSTA SILVA, R. G. **A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia**. GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 2, p. 298-312, 2014.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro didático. **História da Educação**, n° 11, volume 06, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pelotas, 2002. Disponível em
- CHRISTIAN, Laville. A guerra das narrativas: debates e ilusões do ensino de história. **Revista Brasileira de História**, n° 38, volume 38, 1999.
- FERRARO, Juliana Ricarte. A produção dos livros didáticos: uma reflexão sobre imagem, texto e autoria. **Cadernos do CEON**, n° 34, ano 25, P 170-188
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**. São Paulo: Melhoramentos, 2008.
- FLAMARION, Ciro. **Métodos da história**. Rio de Janeiro: edições Graal, 6° ed., 2002.
- FNDE. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>, acessado em 22 de maio de 2017.
- FREITAS, Neli. Klix; HAAG, Melissa. O Livro Didático ao longo do tempo: A Forma do Conteúdo. **DAPesquisa**, v. 03, p. Artigo 26, 2008.
- GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia Crítica: alternativas de mudanças**. 60° ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2007.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11° ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HRYNZCYSZYN, Jocélia de Almeida. “**Aqui toda a vida se engalana...**”: livro didático. Curitiba: Editora recomeço, S/A.

LEAL, Davi Avelino. Conflitos pelo uso dos recursos naturais, direitos e processos de territorialização no rio Madeira (1880-1930). **Somanlu**, ano 8, n° 2, p 99-114, Universidade Federal do Amazonas, 2008.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de história no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. **História Unisinos**, v. 15, p. 40-49, 2011.

MONTEIRO, Frederico. **Rondônia**: ocupação, crescimento e organização agrária. Fortaleza: Realce Editora & Indústria Gráfica Ltda., 2008.

MORET, Artur de Souza (org.). **Rondônia 2000 -2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

MOTTA, Márcia Maria Menéndez. História e Memória. **Cadernos do CEOM**, n° 17, ano 16, Universidade Comunitária da Região de Chapeco, p 179-199. Disponível em

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista espaço do Currículo**, n° 02, volume 09, Universidade Federal da Paraíba, p 249-270, 2016.

RAMOS, Moacyr Salles. STAMPA, Inez. Subversão e resistência docente: notas sobre a ditadura militar e o Programa Escola sem Partido. **Revista Espaço do Currículo**, n° 02, volume 09, Universidade Federal da Paraíba, p 249-270, 2016.

ROCHA, Daniela de Paula. **Evolução e sustentabilidade do setor industrial madeireiro no Estado de Rondônia**. Dissertação (Mestrado), ESALQ/USP, Piracicaba, Brasil. 1999.

ROSA, Paula de Souza. **A bacia do rio madeira: processos de reconfiguração das populações (1850-1912)**. Revista veredas amazônicas – janeiro/junho – vol. 4, n° 1, 2015.

SILVA, Cristiani Bereta da; GASPARINI, Helena Gabriela Moellmann. Livro didático e memória – a construção do saber escolar sobre a História de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX. **Cadernos do Aplicação**, n° 1, volume 23, p 35-62, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Marcos Antonio da; FONSECA, Selva Guimaraes. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n° 60, p. 13-33, 2010.

SILVA, Robson Carlos da; CARVALHO, Marlene de Araújo. O Livro Didático como Instrumento de Difusão de Ideologias e o Papel do Professor Intelectual Transformador. In: III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI / **II Congresso Internacional em Educação**, 2004, Teresina. Educação, Práticas Pedagógicas e Políticas de Inclusão Social. Teresina: EDUFPI, 2004. v. 1. p. 1-11.

SILVA, Tomaz Tadeu.. A produção social da identidade e da diferença. In: Tomaz Tadeu da Silva. (Org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2000, v. 1, p. 73-102.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A questão da terra na Amazônia: colonização agrícola e assentamentos rurais na microrregião geográfica de Jiparaná em Rondônia. In: **Segundo Seminário Internacional América Platina**, 2008, Campo Grande (MS). Diálogo regional e dilemas contemporâneos. -: -, 2008. v. 0. p. 1-10.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Federal Paulista, Assis, 2011.

SOUZA, Deusa Maria de. Autoridade, autoria e o livro didático. **Contexturas**, UNESP, p 55-60, 1996.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional: Rondônia**. Porto Velho, Rondoniana, 2001. 2º edição.

VALÉRIO, M. E & RIBEIRO, R. R. **Para que serve a história ensinada?** A guerra de narrativas, a celebração das identidades e a morte da política. In. Territórios e Fronteiras, Cuiabá – UFMT, v. 06, p. 39-52, 2013.